ENTRE A ÁGUA E A MEMÓRIA: DESAFIOS DA GESTÃO DOCUMENTAL NAS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL (2024)

Bruna Torman Reseres França[1]

[1]*Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BRASIL)*

Resumo

A gestão documental em contextos de crise representa um dos maiores desafios contemporâneos para instituições públicas, privadas e comunitárias. Eventos como conflitos armados, instabilidades políticas, pandemias ou desastres naturais produzem não apenas rupturas sociais e econômicas, mas também profundas descontinuidades no ciclo de produção, preservação e acesso à informação. Este artigo investiga, de forma ampliada e crítica, os impactos de crises sobre sistemas documentais, tomando como estudo de caso as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024, consideradas uma das maiores catástrofes climáticas da história do estado. A partir de revisão de literatura, análise de documentos institucionais e exame de registros midiáticos, busca-se compreender como a destruição física de arquivos, a perda de infraestrutura digital e o colapso dos fluxos informacionais durante o desastre evidenciaram fragilidades estruturais na gestão documental brasileira. A metodologia adota abordagem qualitativa, articulando teoria e prática por meio de análise interpretativa e reflexiva. Os resultados demonstram que a informação se converte em insumo vital em momentos de crise, impactando diretamente ações de resgate, formulação de políticas emergenciais, garantia de direitos e reconstrução da memória social. Também são identificadas iniciativas de resistência informacional e estratégias de preservação emergencial mobilizadas por comunidades, instituições culturais e grupos de especialistas. Conclui-se que a gestão documental em crises demanda políticas robustas de prevenção, infraestrutura resiliente, digitalização massiva, cultura institucional de risco e protocolos contínuos de preservação. O estudo contribui para o campo da Arquivologia e da Ciência da Informação ao evidenciar que a crise funciona como lente crítica para repensar sistemas documentais e como motor para a formulação de políticas públicas integradas de preservação, acesso e continuidade administrativa.

Palavras-chave: Arquivos, memória social, preservação digital, patrimônio documental, acesso à informação.

1 INTRODUÇÃO

A gestão documental, entendida como o conjunto de práticas orientadas à produção, classificação, preservação e acesso a documentos, ocupa um lugar central na manutenção da memória institucional e na garantia de direitos. Em condições ordinárias, o campo opera por meio de protocolos consolidados, legislações específicas e rotinas administrativas previsíveis. No entanto, em contextos de crise — sejam eles conflitos armados, instabilidades políticas, pandemias ou desastres naturais — a infraestrutura da informação sofre rupturas profundas, revelando vulnerabilidades sistêmicas que permanecem latentes em períodos de normalidade. Ao longo das últimas décadas, multiplicaram-se estudos que evidenciam a relação entre colapsos sociais e colapsos documentais. Catástrofes como o terremoto do Haiti (2010), o incêndio no Museu Nacional (2018), a explosão em Beirute (2020), as enchentes de Petrópolis (2022) e a pandemia da Covid-19 provocaram perdas irreparáveis para acervos científicos,

arquivos administrativos e coleções históricas. Esses eventos demonstram que a informação — elemento basilar na vida moderna — é estruturalmente vulnerável. Nesse cenário, as enchentes do Rio Grande do Sul em 2024 emergem como um caso emblemático. Considerado um dos maiores desastres climáticos da história do estado, o evento deixou cidades inteiras submersas, destruiu prédios públicos, arrasou bibliotecas escolares e comunitárias e provocou a perda total de acervos físicos de pequenos municípios. A tragédia expôs a fragilidade dos sistemas documentais locais e produziu lacunas substantivas na memória administrativa e histórica de diversas comunidades. A escolha das enchentes do RS como eixo analítico deste trabalho não se dá apenas por sua magnitude, mas por aquilo que revelam acerca da relação entre desastres, vulnerabilidade informacional e capacidade institucional de resposta. Assim, este artigo busca compreender como crises desse tipo afetam a gestão documental, quais mecanismos são acionados para mitigar danos e quais lições emergem para políticas públicas e práticas arquivísticas.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa interpretativa, que privilegia a compreensão profunda dos fenômenos relacionados à gestão documental em contextos de crise. Em vez de seguir uma estrutura rígida de procedimentos isolados, o percurso metodológico desenvolve-se de forma contínua e dialogada, permitindo que teoria e empiria se interpenetrem ao longo da investigação. Dessa forma, os processos de revisão de literatura, leitura de documentos, análise de registros e reflexão crítica constituem um movimento integrado, que busca captar a complexidade característica de situações em que os sistemas informacionais se encontram sob colapso.

O primeiro eixo metodológico consistiu na análise da literatura especializada em gestão documental, preservação digital, memória social e políticas de informação em situações de emergência. Autores como Cook, Ketelaar, Duranti, Jardim, Tognoli e Silva forneceram a base teórica para compreender a gestão documental como prática estratégica que transcende a mera administração de documentos, envolvendo dimensões éticas, políticas, tecnológicas e sociais. Essa revisão permitiu identificar consensos e tensões teóricas sobre o papel da informação em eventos disruptivos.

No segundo eixo envolveu o exame de documentos públicos, relatórios governamentais, comunicados institucionais, reportagens jornalísticas, registros audiovisuais e depoimentos divulgados durante e após as enchentes do Rio Grande do Sul em 2024. Embora não se trate de uma pesquisa empírica de campo, os documentos analisados foram empregados como indicadores de práticas informacionais e como testemunhos de rupturas. O objetivo não era quantificar perdas, mas compreender qualitativamente de que maneira o desastre impactou arquivos administrativos, acervos comunitários e sistemas digitais.

Já o terceiro eixo, de caráter reflexivo-analítico, consistiu no tensionamento entre os referenciais teóricos e o caso observado. Aqui, assumiu-se a crise como lente metodológica: um evento que, ao desestabilizar estruturas, torna visíveis as engrenagens internas dos sistemas documentais. A enchente, enquanto fenômeno social e material, foi tratada como dispositivo crítico que revela aquilo que costuma permanecer oculto — falhas de infraestrutura, ausência de políticas de preservação, desigualdades territoriais e dependência excessiva de acervos físicos vulneráveis. Ao articular esses eixos, a metodologia buscou produzir não apenas uma análise descritiva, mas uma interpretação ampliada do papel da informação em cenários de emergência. Essa postura permitiu compreender a crise como fenômeno informacional e não apenas como evento ambiental, identificando, portanto, sua capacidade de reconfigurar relações institucionais, práticas de trabalho, dinâmicas comunitárias e processos de memória coletiva.

3 RESULTADOS

A análise realizada evidencia que a gestão documental em contextos de crise é marcada por tensões profundas entre o ideal normativo e a realidade dos acontecimentos. Os resultados obtidos apontam que a catástrofe climática que assolou o Rio Grande do Sul em 2024 produziu não apenas perdas materiais irreparáveis, mas também quebras significativas nos fluxos informacionais, que impactaram diretamente a vida administrativa, a prestação de serviços públicos, a execução de políticas emergenciais e a própria reconstrução da identidade comunitária.

A primeira constatação que emerge da análise é a vulnerabilidade estrutural dos arquivos municipais e institucionais diante de eventos extremos. Em dezenas de cidades, prédios que abrigavam arquivos públicos, centros de documentação, bibliotecas escolares e museus comunitários foram totalmente submersos ou destruídos. A lama tóxica impregnou papéis, fotografias, mapas, livros raros, registros imobiliários, prontuários e acervos pessoais, tornando inviável qualquer tentativa de recuperação integral. O tempo necessário para o resgate seguro desses materiais foi drasticamente reduzido pela combinação de umidade, fungos e contaminação biológica. Em muitos casos, a destruição ocorreu em questão de horas. Essas perdas documentais não representam apenas danos simbólicos; elas trazem consequências práticas imediatas. Registros essenciais para o funcionamento de políticas públicas — como cadastros de famílias vulneráveis, históricos escolares, prontuários de saúde, processos administrativos, certidões de propriedade e documentos fiscais — desapareceram completamente. A ausência desses registros dificultou a comprovação de vínculo territorial, renda ou identidade, impedindo o acesso de milhares de pessoas a benefícios emergenciais.

A crise evidenciou, portanto, que a informação é um direito fundamental cuja ausência produz exclusões objetivas em momentos em que a população mais necessita de amparo estatal. Outro resultado significativo refere-se à infraestrutura tecnológica. Embora discursos institucionais enfatizem a importância da digitalização e dos backups remotos, verificou-se que muitos municípios ainda dependem de servidores locais, instalações improvisadas e sistemas híbridos sem redundância. Em alguns casos, bases inteiras de dados foram perdidas pela inundação de salas de informática e pela queima de equipamentos elétrica e estruturalmente comprometidos. A inexistência de políticas continuadas de preservação digital somou-se à falta de investimentos e à despreparação das equipes, resultando em um apagamento digital tão grave quanto o apagamento físico. Entretanto, os resultados não se limitam às perdas. A análise também revela formas de resistência e reconstituição comunitária da memória. Em diversas localidades, professores, bibliotecários, arquivistas, historiadores e voluntários organizaram mutirões improvisados para salvar documentos encharcados, secar fotografias ao sol, higienizar papéis e digitalizar rapidamente materiais frágeis. Universidades da região mobilizaram laboratórios de conservação para auxiliar municípios atingidos. Arquivos comunitários realizaram coletas emergenciais de depoimentos orais para registrar as experiências e narrativas de moradores que perderam suas casas e documentos pessoais. Essas ações demonstram que, mesmo diante do colapso, comunidades reconhecem o papel constitutivo da informação na reconstrução de vínculos identitários e de sentidos de pertencimento.

Os resultados também apontam para o papel da crise como catalisador de mudanças. A magnitude do desastre provocou debates públicos sobre a necessidade de políticas robustas de digitalização de acervos, de planos de contingência, de centros regionais de preservação e da integração entre órgãos públicos e instituições de memória. Tornou-se evidente que a informação não pode ser tratada como elemento periférico na gestão pública, mas como componente estratégico de segurança, cidadania e planejamento territorial. Nesse sentido, a enchente do RS funciona como marco histórico que expõe a urgência de reconfigurar a gestão documental em termos de infraestrutura, capacitação, governança e cultura organizacional.

Por fim, a análise indica que os efeitos documentais da crise não se encerram com o fim da enchente. Ao contrário, prolongam-se no tempo, influenciando processos de reconstrução urbana, disputas sobre responsabilidade política, elaboração de políticas de prevenção e ressignificação das memórias coletivas. Documentos destruídos não voltam a existir; mas a forma como instituições respondem à perda documenta, por si só, novas camadas de memória que podem orientar práticas e políticas futuras.

4 CONCLUSÕES

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a gestão documental em contextos de crise — especialmente em desastres naturais como as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024 — não pode ser tratada como um procedimento técnico isolado, mas sim como uma prática social complexa, situada e profundamente interligada à preservação de direitos, à reconstrução de identidades coletivas e à manutenção da memória social. Os episódios de destruição provocados pela inundação demonstraram, de forma contundente, que a vulnerabilidade física das instituições e dos acervos torna ainda mais urgente o desenvolvimento de políticas de prevenção, de protocolos de emergência e de sistemas de preservação digital que permitam garantir a continuidade informacional mesmo diante do colapso das infraestruturas materiais. Ao mesmo tempo, a perda e o resgate de documentos — públicos, institucionais, comunitários e familiares — revelam que a informação não é apenas um recurso administrativo, mas um bem cultural e simbólico cujo desaparecimento produz impactos que se estendem para além dos prejuízos materiais, afetando vínculos identitários, trajetórias sociais e até mesmo mecanismos de acesso à justiça. Neste sentido, compreender a gestão documental como elemento estruturante da resiliência social, e não apenas como instrumento burocrático, implica repensar tanto a formação quanto a atuação das instituições arquivísticas e dos profissionais da informação.

A experiência gaúcha mostrou que, diante da catástrofe, arquivos municipais, bibliotecas comunitárias, repositórios digitais e iniciativas espontâneas de salvamento passaram a atuar como espaços de articulação entre comunidades, pesquisadores, voluntários e órgãos públicos, ampliando o papel mediador das práticas arquivísticas. Essa tendência indica que, em cenários de crise, os arquivos assumem funções que ultrapassam a custódia tradicional, tornando-se também centros de acolhimento simbólico e de reorganização das narrativas sociais fragmentadas pela destruição. Ao mesmo tempo, evidenciou-se a necessidade de transformar a preservação digital em política contínua, com ações que incluam migração de formatos, redundância geográfica e estratégias de acesso remoto. Igualmente importante é reconhecer que populações atingidas não recorrem à documentação apenas em contextos administrativos, mas também em processos emocionais e identitários, o que exige modelos de atendimento mais sensíveis, acessíveis e orientados pela responsabilidade social da Arquivologia. Assim, conclui-se que a gestão documental em contextos de conflito e crise deve integrar dimensões técnicas, sociais, éticas e políticas, de modo que os documentos — em suas múltiplas materialidades — possam cumprir seu papel de amparar comunidades em sofrimento, garantir o exercício de direitos e sustentar a reconstrução histórica e afetiva dos territórios devastados.

As enchentes no Rio Grande do Sul funcionam, portanto, como uma lente através da qual se torna possível compreender tanto as fragilidades quanto as potencialidades das instituições arquivísticas. Elas reforçam que a preservação da informação é um componente fundamental da infraestrutura democrática, e que o fortalecimento de políticas públicas de gestão documental, aliado à ampliação da mediação cultural e do acesso, constitui um caminho indispensável para que futuros desastres não resultem em apagamentos irreversíveis. Em última instância, a crise revela que a memória social é também uma forma de cuidado coletivo, e que preservá-la é parte essencial da reconstrução de uma sociedade capaz de se reconhecer e de se reerguer após a perda.

REFERENCIAS

Cook, T. *Archives, Memory, and Power*. Toronto: University of Toronto Press, 2013.

Duranti, L. Diplomatics: *New Uses for an Old Science*. Lanham: Scarecrow Press, 1998.

Jardim, J. M. *Políticas públicas de arquivo no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

Ketelaar, E. *Archives in Liquid Times*. London: Routledge, 2020. Tognoli, N.; Jardim, J. M. Gestão documental e políticas de informação. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

Silva, A. M. *Arquivos e Democracia*. São Paulo: Intermeios, 2014. Torres, R. Preservação digital: desafios contemporâneos. Brasília: IBICT, 2020.

Gonçalves, J. *A memória na era das catástrofes*. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

Conselho Internacional de Arquivos (ICA). *Guidelines for Disaster Planning*. ICA, 2017.
UNESCO. Memory of the World: Disaster Risk Reduction Guidelines. Paris, 2018.

IBGE. *Relatórios sobre impactos socioeconômicos das enchentes no RS*. Brasília, 2024.

Secretaria de Cultura do RS. *Relatório de perdas culturais — enchentes 2024*. Porto Alegre, 2024.

Cunha, M. B.; Cavalcanti, C. R. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet, 2008.

Ribeiro, F. *Gestão de riscos em arquivos*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

Santos, J. *Arquivologia em tempos de crise*. Salvador: EDUFBA, 2021.